

Resultados dos exames de Matemática do 9º ano "vão ser teste ao trabalho das escolas"

Resultados dos exames de Matemática do 9º ano "vão ser teste ao trabalho das escolas", é o título do artigo do Público de 12 de Maio de 2007.

De acordo com o artigo, a Ministra da Educação, defendeu durante o "balanço do primeiro ano do Plano de Acção para a Matemática" que "Pela primeira vez, o país associará os resultados não apenas à performance dos alunos mas também ao trabalho das escolas e dos professores, para o melhor e para o pior".

Ainda segundo o artigo, o balanço do Plano de Acção para a Matemática passa pelo envolvimento de "quase 300 mil alunos e mais de dez mil professores", "foi posto em prática em 1070 estabelecimentos de ensino", ao todo o "ME prevê gastar nove milhões de euros" e apesar de "não aceitar o pedido de muitas escolas para desdobrar turmas e trabalhar com menos alunos na sala de aula, permitiu o reforço de professores, horários de trabalho e contratação de outros peritos.

"Se houve mais trabalho e mais dedicação, e se acreditamos que só assim se conseguem melhorar os resultados, então vamos ter mais melhorias" afirma a Ministra enquanto confessa esperar que o sonho recorrente que teve quando chegou ao Governo "de que todos os meninos iam reprovar no exame", não se concretize.

A Direcção da APM, reagiu a esta notícia, em comunicado que foi também noticiado na imprensa (http://www.apm.pt/files/_APM_PAM_Exames_4649e1a1e07bd.pdf) e do qual destacamos apenas algumas ideias:

- mudanças duradouras em educação não acontecem num ano e há muitos factores que influenciam a aprendizagem;
- projectos em curso nas escolas têm que ser avaliados por indicadores mais adequados do que os exames;
- o processo dos PAM tem vários níveis de responsabilidade, e se o empenhamento dos professores e das escolas superou as expectativas do próprio Ministério já o apoio a que este se tinha obrigado demorou a chegar.

Esta tomada de posição pública por parte da APM desencadeou uma reacção sur-

Resultados dos exames de Matemática do 9.º ano "vão ser teste ao trabalho das escolas"

Isabel Leiria

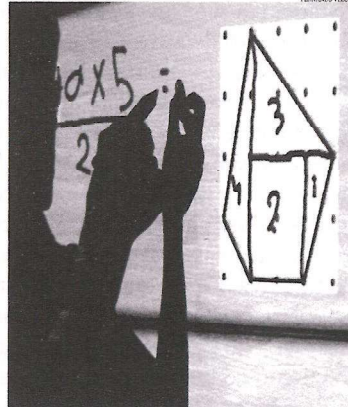
Ministra da Educação acredita que os benefícios do plano para a disciplina vão sentir-se já este ano

Quando, dentro de pouco mais de um mês, os alunos do 9.º ano se sentarem à frente da prova nacional de Matemática não serão apenas eles que estarão em exame. "Pela primeira vez, o país associará os resultados não apenas à performance dos alunos mas também ao trabalho das escolas e dos professores, para o melhor e para o pior", defendeu ontem a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, durante o balanço do primeiro ano do Plano de Acção para a Matemática.

Foi em Junho de 2006 que o Ministério da Educação (ME) lançou mais uma iniciativa destinada a melhorar os catastróficos resultados à disciplina: no primeiro ano dos exames nacionais, 71 por cento dos alunos tiveram negativo na prova, resultado que melhorou ligeiramente em 2006. Mesmo assim, dois em cada três ficaram abaixo dos 50 por cento.

Os resultados foram devolvidos às escolas e os professores convidados a reflectir sobre as causas do insucesso. Mais tarde definiram planos de melhoria, estabeleceram metas a cumprir no espaço de três anos e solicitaram apoios ao ME. E é o fruto desse trabalho e dos 2,5 milhões de euros já investidos, através da celebração de contratos com as escolas do 3.º ciclo, que Maria de Lurdes Rodrigues espera ver reflectido nos resultados dos exames nacionais.

"Se houve mais trabalho e mais dedicação, e se acreditamos que só assim se conseguem melhorar os resultados, então vamos ter melhorias. Esse dia vai ser um estímulo para continuar a trabalhar", afirmou a ministra, na Escola Secundária José Gomes Ferreira, em Lisboa,



Dois em cada três alunos tiveram negativa a Matemática em 2006

perante uma plateia de dezenas de docentes.

Para já, o balanço possível diz respeito apenas à adesão das escolas ao Plano de Acção para a Matemática. Quase 300 mil alunos e mais de dez mil professores estiveram de alguma forma envolvidos no programa, posto em prática em 1070 estabelecimentos de ensino.

59 mil

foi o número de alunos que, num universo de 92 mil a prestar provas, tiveram negativa no exame de Matemática

De acordo com os números do ME, apenas três por cento das escolas básicas com 9.º ano e 21 por cento das secundárias com 3.º ciclo não contratualizaram ainda um plano com a tutela. Simultaneamente, 4500 docentes do 1.º ciclo e 800 do 2.º ciclo frequentaram o programa, posto em prática em 1070 estabelecimentos de ensino superior.

Ao todo, o ME prevê gastar nove milhões de euros ao longo dos três anos do Plano de Acção para a Matemática. Neste primeiro ano, a tutela não aceitou o pedido de muitas escolas para desdobrar turmas e trabalhar com menos alunos na sala de aula, mas

2,5 milhões de euros para equipamento
Candidaturas a partir de 14 de Abril

A partir da próxima segunda-feira e até final do mês, as escolas com 3.º ciclo poderão candidatar-se a receber quadros interactivos, computadores portáteis e outro material tecnológico que demonstrarem ser necessário ao seu projecto, no âmbito do Plano de Acção para a Matemática. Para este programa, o Ministério da Educação tem disponíveis 2,5 milhões de euros, anunciou ontem a ministra. O formulário de candidatura estará disponível on-line, no site da Direcção-Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular. A falta de equipamento foi uma das principais dificuldades expressas pelas escolas aquando do lançamento dos planos de acção e a tutela espera agora que no início do próximo ano lectivo os estabelecimentos de ensino já contem com este material. LL

permitted o reforço de professores, horários de trabalho e contratação de outros peritos.

E é por isso que Maria de Lurdes Rodrigues acredita que o sonho recorrente que teve pouco tempo depois de iniciar funções, em 2005, não irá concretizar-se. "Quando cheguei ao Governo tive várias vezes um sonho, que era mais um pesadelo, de que todos os meninos chumbavam no exame. Isso não se concretizou, mas não há grande diferença entre chumbarem todos e haver 70 por cento dos alunos com negativa", contou a ministra, reforçando a ideia de que estes resultados não são aceitáveis e que vão melhorar.

preendente por parte do Director Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular que convidou a associação a abandonar a Comissão de Acompanhamento (CA) dos Planos da Matemática, alegando que a APM, pelo facto de estar na Comissão, não podia criticar publicamente o programa do Ministério da Educação.

Na sequência destes acontecimentos a direcção da APM deixou de integrar a CA considerando "princípio fundamental e inquestionável a sua independência e liberdade de expressão" (<http://www.apm.pt/portal/index.php?id=68357>).

Não é a primeira vez que temos Ministros com a obsessão dos resultados pelos resultados, e com um apetite voraz para culpar de tudo os professores, recordam-se da célebre frase da Ministra Ferreira Leite no Parlamento de que as provas globais teriam, pelo menos, a vantagem de obrigar os professores a cumprir os programas.

Parece-nos que, ontem como hoje, o que está em causa são visões simplistas contaminadas por incompreensão e desconfiança. A ideia de que os exames podem medir tudo é simplista, como simplis-

ta é a leitura de que os resultados só não são bons por incumprimento por parte das escolas e dos professores. Estas ideias revelam, do nosso ponto de vista, incompreensão do processo educativo e desconfiança no trabalho dos professores.

Continuamos convictas que há mudanças que são necessárias e que sem o verdadeiro envolvimento dos professores é impossível fazê-las. O que não nos parece é que seja esta abordagem de desconfiança e de cobrança desajustada e extemporânea o bom caminho para conseguir esse envolvimento.

Consideramos incompreensível que o poder político tente impor o silêncio a uma Associação pelo facto de estar representada numa qualquer comissão. Felicitamos a direcção da APM, porque fez o que devia ser feito. No entanto, questionamos se não haverá muito mais a discutir sobre os PAM: O que está a correr bem? E mal? O Ministério está ou não a cumprir? Que balanços podem ser feitos? Que posições públicas queremos que a APM tome?

Ana Luísa Paiva e Adelina Precatado

In Público, 12 de Maio de 2007.